

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração na Apelação 8ª Vara Cível da Comarca de Recife
Cível nº: 0343679-5**

Embargante: Sul América CIA de Seguro Saúde

Embargado: Produtos Alimentícios Betty Kelly Ltda

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.
2. Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.
3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0343679-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **rejeitar** os Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação 8ª Vara Cível da Comarca de Recife
Cível nº: 0343679-5

Embargante: Sul América CIA de Seguro Saúde

Embargado: Produtos Alimentícios Betty Kelly Ltda

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Sul América CIA de Seguro Saúde, em face de acórdão (fl. 187), lavrado nos autos da Apelação Cível de mesmo número, que deu parcial provimento ao recurso, alterando parte da r. sentença *a quo*, no sentido de determinar que a seguradora de saúde efetue nova notificação à empresa ora embargada, obedecendo o prazo estabelecido em Lei, qual seja, 60 (sessenta) dias, além de enviar proposta de migração aos beneficiários do plano empresarial para o plano individual/familiar, nos mesmos moldes do contrato vigente, condenando ainda ambas as partes ao pagamento das custas processuais, sendo metade para a embargante e metade para a embargada, bem como condenar a embargada e a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada, conforme art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, em virtude da sucumbência recíproca, admitindo-se a compensação da verba honorária nos termos do enunciado nº 306 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

O Acórdão embargado foi nítido ao consignar que, *ipsis litteris*:

“EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. RESILIÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO. POSSIBILIDADE - A VEDAÇÃO CONSTANTE DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 9.656/1998 RESTRINGE-SE AOS PLANOS OU SEGUROS DE SAÚDE INDIVIDUAIS OU FAMILIARES - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - VIOLAÇÃO - INOCORRÊNCIA - DIREITO DE DENÚNCIA UNILATERAL CONCEDIDA A AMBAS AS PARTES. BENEFICIÁRIOS. MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS NA FORMA INDIVIDUAL/FAMILIAR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A resilição unilateral dos contratos coletivos está posta no art. 17 da Resolução Normativa nº 195 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde que expressamente prevista em contrato e que seja obedecido o prazo de notificação prévia de 60 (sessenta) dias.

2. O art. 13, parágrafo único, II, da Lei nº 9.656/1998, apenas prevê a impossibilidade de rescisão unilateral para contratos individuais ou familiares, excepcionando-se casos de fraude ou inadimplemento superior a sessenta dias dentro de um período de um ano.

3. O Código de Defesa do Consumidor apenas considera abusiva e, desta forma, nula de pleno direito, a cláusula contratual que autoriza o fornecedor a rescindir o contrato unilateralmente, se a mesma prerrogativa não for concedida ao consumidor.

4. Aos beneficiários deve ser mantido o direito de receber a prestação do serviço contratado, na forma de contrato individual ou familiar, nas mesmas condições que gozava a partir da transmutação.

5. É pressuposto essencial para que haja a configuração de dano moral a conduta ilícita da parte. Não havendo esta, não há que se falar em danos morais.

6. Recurso de Apelação Cível parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0343679-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que passa a fazer parte integrante deste aresto.

Recife,

Stênio Neiva Coêlho

Desembargador Relator”.

Sem alegar contradição, omissão ou obscuridade, a embargante, com o fulcro de prequestionar a matéria para futura e eventual interposição de recurso especial e extraordinário, pretende a manifestação expressa desta Câmara em relação a todos os dispositivos normativos citados no presente recurso.

Requeru, ainda, que todas as intimações/publicações doravante efetuadas fossem realizadas em nome de Karla Capela Moraes (OAB/PE 21.567) e Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB/PE 18.558).

É o relatório.

Os presentes aclaratórios foram intentados com finalidade de prequestionamento da matéria.

No entanto, ainda que para fins de prequestionamento, o presente recurso apenas seria admissível caso o acórdão embargado estivesse maculado de algum de vício (omissão, contradição ou obscuridade) que ensejasse a oposição desta espécie recursal, haja vista tratar-se de um recurso com fundamentação vinculada.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, que deu parcial provimento ao recurso de Apelação Cível, encontra-se devidamente coerente e elucidativo.

Cabe mencionar não ser do escopo dos Embargos de Declaração a finalidade de prequestionamento de dispositivos legais, mas, dado o seu caráter integrativo, têm o fito de apenas complementar e/ou esclarecer a decisão embargada quando for preciso sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, o que pode, reflexa e excepcionalmente, acarretar efeito infringente aos aclaratórios.

Frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Min^a. Laurita Vaz, 3ª Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

Ratificando a fundamentação explicitada, bastante elucidativas as decisões do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionadas:

EMBARGOS E DECLARATÓRIOS. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE.

I- Já é pacífico nesta Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.

II- Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.

Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no RMS 18.205/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 240) (grifos acrescidos)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO. MULTA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, imanente ao próprio conteúdo do julgamento.
3. A reiterada oposição de embargos de declaração, à míngua de efetiva obscuridade, omissão, contradição ou erro material, evidencia o caráter manifestamente procrastinatório do recurso, o que autoriza a imposição da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos com o intuito de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser acolhidos quando inexistirem os vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.
5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa (art. 538, parágrafo único, do CPC).

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 440.110/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 04/06/2012) (grifos acrescidos)

Ademais, as questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela embargante.

Igualmente, conforme se observa do próprio requerimento da embargante, a mesma deseja revisitar o julgado, não sendo esse o objetivo do presente recurso.

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **rejeito** os presentes Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife,


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator